



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(Do Senhor PAULO ALEXANDRE)

Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, para debater as consequências aos interesses nacionais e à estabilidade econômica, advindas da eventual adoção de uma moeda comum entre Brasil e Argentina, e ainda os impactos da atual política de juros na atração de investimentos estrangeiros para o setor produtivo brasileiro.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, para debater as consequências aos interesses nacionais e à estabilidade econômica, advindas da eventual adoção de uma moeda comum entre Brasil e Argentina, e ainda os impactos da atual política de juros na atração de investimentos estrangeiros para o setor produtivo brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO

A adoção de uma moeda única para o MERCOSUL, para as transações entre o Brasil e a Argentina, e das moedas nacionais, para o comércio exterior do Brasil com países como China, Rússia e Índia, voltou à tona recentemente, após a participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do G-7, no Japão, e da Cúpula de relançamento da UNASUL, em Brasília. O objetivo é viabilizar transações comerciais e financeiras em uma unidade monetária não lastreada ao dólar, de modo a reduzir a dependência da moeda estadunidense.

Após a Segunda Guerra Mundial, em Bretton Woods, uma série de instituições foram criadas como forma de conferir maior estabilidade política e





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

econômica ao mundo. No âmbito financeiro, com a Europa arrasada, decidiu-se adotar o dólar norte-americano como uma espécie de “moeda global”. Passado quase um século daquele evento, muitas nações entendem que é momento de romper com esse padrão, pois advogam que o poder econômico doméstico acaba sendo influenciado por questões como a disponibilidade do dólar no país (reservas) e flutuações da cotação em relação à moeda local.

Desde meados dos anos 90, aventa-se a possibilidade de o MERCOSUL avançar na adoção de uma única moeda para as relações econômicas e financeiras intrabloco. Da mesma forma, o uso do Real e do Yuan, por exemplo, entre Brasil e China, também tem sido especulado há muitos anos. Em geral, essas ideias não estão sustentadas unicamente em critérios econômicos, tendo, também, fortes influências de cunho político.

Como se vê, o assunto vem sendo debatido há anos, mas nunca foi levado adiante. Recentemente, contudo, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Alberto Fernández, têm demonstrado clara predisposição em fazer com que a ideia saia do papel, razão pela qual entende-se necessário discutir, em profundidade, os reflexos que uma possível concretização dessa proposta traria para o setor produtivo e exportador do Brasil, sobretudo para aqueles que mais contribuem com o PIB nacional, tanto na geração de riquezas e divisas, quanto na criação de postos de trabalho.

O fato objetivo é que a disposição dos mandatários de Brasil e Argentina em avançar na proposta de criação de uma moeda comum tem gerado turbulências no debate econômico e trazido muitas inquietações para o setor produtivo nacional. Não está claro o que o Brasil, de fato, defende e o que, realisticamente, está sendo discutido. E, o mais importante, se os interesses nacionais estariam protegidos, razão pela qual reputo ser papel desta Comissão compreender melhor essa proposta e os seus conseqüências para a economia e para a geopolítica regional.

Outro tema de vulgar relevância no atual momento do país é a política de juros adotada pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Muito se tem discutido acerca dos impactos negativos que a taxa SELIC em 13,75% ao ano tem causado à economia brasileira, fato este incontestável.

Sobre esse aspecto, também entendo necessário debater os reflexos negativos da elevada taxa de juros na atração de investimentos estrangeiros para o setor produtivo nacional. Como se sabe, esses recursos são essenciais para alavancar mercados em desenvolvimento e emergentes, porquanto somente capitais públicos e privados domésticos são insuficientes. Ademais, os investimentos estrangeiros estimulam o crescimento das empresas,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

nivelam as economias de escala em mercados domésticos, proporcionando melhorias em produtividade, rentabilidade, geração de empregos e riquezas. São, portanto, essenciais ao desenvolvimento do País.

Segundo relatório divulgado pelo próprio Bacen em 27 de março último, a entrada de recursos internacionais no Brasil em fevereiro foi de quase US\$ 6,5 bilhões. Uma redução de 39,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse é um indicador bastante relevante e que precisa ser avaliado com muito critério por se tratar de dinheiro que pode alavancar o setor produtivo, tão necessário à economia do país.

É certo que esses números expressivamente menores em comparação ao ano de 2022 são impactados pelo cenário global de incertezas e ao desempenho ainda tímido do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Contudo, os especialistas são unânimes em apontar a taxa básica de juros a 13,75%, maior patamar dos últimos seis anos, como sendo um dos entraves ao investimento externo no Brasil, o que nos motiva a querer buscar esclarecimentos a propósito dessa sensível relação juros X atração de investimentos estrangeiros.

À vista de todo o exposto, proponho a realização de uma ampla discussão sobre os temas trazidos à lume, com a presença do Senhor Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **PAULO ALEXANDRE**
PSDB/SP

